




COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

	TÍTULO SISTEMA DE <i>DUE DILIGENCE</i>	Página 1 de 6
CADEIA DE VALOR Governança, Riscos e Conformidade		Nº RS.CA.P.G.01.0006-00
COORDENAÇÃO TÉCNICA Assessoria de Gestão Riscos e Conformidade		DATA 09/03/2021

DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE *DUE DILIGENCE*, PARA CONTRATAÇÃO DE NEGÓCIOS JURÍDICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho de Administração da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte - Caern, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 49, incisos I, XIII, XVII, XXI, XXXIV, XXXVIII, XLI, do Estatuto Social da CAERN, e;

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 13.303/2016, sobre o Estatuto das Empresas Públicas, das Sociedades de Economia Mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, Estado, Distrito Federal e dos Municípios, que compreende aspectos corporativos e de governança, licitações e contratos, fiscalização e controle, a qual ensejou a implantação de diversas Políticas na Companhia;

CONSIDERANDO o que determina a Política Antissuborno e Anticorrupção da Caern, aprovada pela Resolução 02/2019-CA, em seu item 7.5, alíneas “a” a “f”, e o item 7.9, que tratam da negociação com terceiros e de *Due Diligence*, respectivamente;

CONSIDERANDO o que determina o item 8.10 da Política de Conformidade aprovada pela Resolução 02/2019-CA, que trata da Diligência Prévia;

CONSIDERANDO a necessidade de mitigação de riscos relacionados aos contratos celebrados pela Caern com valores de grande monta, especificamente àqueles cujo valor seja igual ou superior a 0,5% (meio por cento) do Capital Social Integralizado da Companhia.

CONSIDERANDO, por fim, os termos da Proposta de Diretoria nº 03/2021-D, datada de 09/02/2021.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a implantação do Sistema de Diligência Prévia (*Due Diligence*), obrigatoriamente para contratações com a Caern, em valor igual ou superior a 0,5% (meio por cento) do Capital Social Integralizado da Companhia.

Parágrafo Único. As situações de contratações com valores inferiores ao limite estabelecido no caput poderão ser analisadas com utilização do sistema de *Due Diligence*, por recomendação dos órgãos de governança ou setor envolvido na contratação, com decisão da Diretoria Executiva, observadas a viabilidade, oportunidade e importância do contrato ou riscos prováveis com a contratação.

DO *DUE DILIGENCE* DE INTEGRIDADE (DDI)

Art. 2º A análise dos riscos de integridade aos quais a Caern possa ficar exposta quando do relacionamento com terceiros será realizada por meio da aplicação da *Due Diligence* de Integridade (DDI), que corresponde a um dos elementos da Política Antissuborno e Anticorrupção da Caern.

DO COMITÊ DE DUE DILIGENCE E COMISSÕES TÉCNICAS

Art. 3º Criar o Comitê de *Due Diligence* para analisar todas as situações de contratação pela Caern, na forma estabelecida neste instrumento.

§ 1º O comitê será formado por 4 (quatro) empregados da Caern, com formação em Administração, Contabilidade, Engenharia, Economia ou Direito, sendo 1 (um) representante da Assessoria de Gestão de Riscos e Conformidade, 1 (um) representante da Assessoria Jurídica, e 2 (dois) de outras unidades, a critério da Diretoria Executiva.

§ 2º A Assessoria de Gestão de Risco e Conformidade é a unidade responsável pela coordenação técnica e administrativa do comitê.

Art. 4º As Comissões Técnicas Especiais de *Due Diligence* poderão ser criadas sempre que, apesar do risco verificado, persistir o interesse da Caern em contratar, tendo como objetivo buscar formas de aumentar a segurança do contrato.

Art. 5º A quantidade de integrantes e a formação acadêmica de cada Comissão será determinada de acordo com a exigência cada situação, cabendo ao Comitê de *Due Diligence* opinar e a Diretoria Executiva decidir.

DA ATRIBUIÇÃO DO GRAU DE RISCO

Art. 6º A DDI subsidia a análise do critério de integridade de terceiros, cujo resultado é expresso pela atribuição do Grau de Risco de Integridade (GRI), representado pelas cores de classificação:

I - Verde: GRI baixo;

II - Amarela: GRI médio;

III - Vermelha: GRI alto.

Art. 7º O licitante deverá, na fase de habilitação, preencher o questionário de *Due Diligence* e Integridade (Anexo I), que integra o instrumento convocatório, observando-se que:

I - O questionário deve ser enviado junto com a documentação de suporte, no prazo de apresentação da documentação de habilitação;

II - A resposta ao questionário de DDI e o envio de documentação comprobatória para avaliação serão condições para a formalização do contrato;

III - Será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis para a juntada do questionário preenchido, no caso de não ter sido apresentado antes da assinatura.

Parágrafo único. O questionário também deve ser preenchido e apresentado quando do pleito de renovação contratual.

DA INVESTIGAÇÃO

Integridade

Art. 8º Na investigação serão exigidos documentos que comprovem o atendimento ao Art. 159 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Caern (RILCC), que consiste no cumprimento da obrigação de:

I - O contratado e seus empregados atenderem às exigências do Código de Conduta, Integridade e Ética da Caern, além de promover treinamentos anuais com os empregados, quando o prazo de execução contratual for igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias e cujos valores envolvidos sejam superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), com o auxílio do Comitê de Conduta, Integridade e Ética da Caern;

II - O contratado conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira e assegurar o seu devido cumprimento, incluindo a Política Antissuborno e Anticorrupção da Caern, por si e por seus sócios, administradores e empregados.

Histórico

Art. 9º Serão incluídas nas investigações a análise de dados e documentos para verificação de possível:

I - Condenação definitiva por praticar por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos (decorrentes de contratos com o Poder Público);

II - Prática de atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

III - Demonstração de não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Impedimentos

Art. 10. Na investigação serão providenciadas diligências para garantir a comprovação da inexistência de Impedimentos para Participar de Licitações ou ser contratado pela Caern, conforme o art. 15 do RILCC, que determina que não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra, serviço ou fornecimento a empresa:

I - Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Caern;

II - Esteja cumprindo pena de suspensão do direito de licitar e contratar aplicada pela Caern;

III - Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do art. 87, inc. iv, da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio Grande do Norte, com base no art. 7º da lei nº 10.520, de 2002, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - Que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

Art. 11. Aplica-se a também a mesma vedação:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente da Caern, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de licitante;

II - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da Caern;

b) empregado da Caern cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridades do Estado do Rio Grande do Norte, assim entendidos aqueles que exercem o cargo de chefe do Poder Executivo, Secretários de Estado e dirigentes de órgãos da Administração Direta.

III - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Caern há menos de 6 (seis) meses.

IV - às demais pessoas que tenham sido alcançadas pelas vedações estabelecidas contra o nepotismo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual direta e indireta.

Art. 12. É vedada também a participação direta ou indireta nas licitações promovidas pela Caern:

I - de pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - de pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação;

III - de pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

Art. 13. Nos casos em que a DDI for concluída e atribuído o GRI alto, a Caern poderá aplicar sanção contratual, inclusive com a possibilidade de rescisão, após procedimento de investigação.

Parágrafo único. Para as contratações cujo valor seja de alçada de aprovação do Conselho de Administração, o procedimento de investigação que terminar após a homologação da licitação poderá ensejar a não assinatura do contrato e consequente anulação da homologação e do ato que declarou a licitante vencedora, com a convocação da segunda colocada, após abertura de prazo para recurso, observando-se a oportunidade e a legislação em vigor.

Art. 14. Todas as situações de contratação com a Caern em valor e condições estabelecidos nesta resolução ou por qualquer outra forma, deverão ser analisadas pelo Comitê de *Due Diligence* para encontrar o GRI e emissão de parecer sobre a contratação.

Art. 15. O GRI inicial poderá sofrer alterações, mediante despacho de relevância, após análise apurada do Comitê de *Due Diligence*, com base nas informações recebidas da empresa e/ou na investigação realizada.

Art. 16. O GRI Alto, após a análise do Comitê de *Due Diligence* e as possíveis alterações de relevância, impede a contratação até que outra análise possibilite novas alterações de relevância que somente poderão ser feitas com respaldo em parecer técnico emitido por Comissão Especial Técnica, criada especificamente para análise e recomendações acerca da contratação.

Art. 17. Sempre que o GRI encontrado for alto, após a análise do Comitê de *Due Diligence* e as possíveis alterações de relevância, havendo ainda o interesse da Caern em prosseguir analisando a possibilidade de contratação, manifestada por decisão da Diretoria Executiva, deverá ser criada uma Comissão Técnica Especial para analisar possíveis formas de assegurar à Caern as garantias necessárias para o cumprimento do contrato.

Art. 18. O Comitê de *Due Diligence* emitirá novo GRI baseado na análise e sugestão de providências da Comissão Técnica Especial e remeterá o resultado para o Conselho de Administração, a quem caberá decidir sobre a contratação.

Art. 19. Na ocorrência de fatos novos, não previstos neste instrumento, mas que possam comprometer a análise do GRI, poderá ser adotado o mesmo procedimento para as situações de GRI médio e baixo, por decisão final da Diretoria Executiva que poderá remeter ou não para o Conselho de Administração.

DAS SANÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL

Art. 20. As práticas passíveis de rescisão contratual podem ser definidas, dentre outras, como:

I - Corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação do empregado da Caern no processo licitatório ou na execução do contrato;

II - Fraudulenta: falsificar ou omitir fatos, com o objetivo de influenciar o processo licitatório ou de execução do contrato;

III - Colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem conhecimento de representantes da Caern, visando a estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

IV - Coercitiva: causar danos ou ameaçar, direta ou indiretamente, as pessoas físicas ou jurídicas, visando a influenciar sua participação em processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

V - Obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com objetivo de impedir materialmente a apuração de práticas ilícitas.

Art. 21. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas e dos administradores/gestores, enquanto autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei n.º 12.846, de 01 de agosto de 2013, na medida de suas culpabilidades.

Art. 22. Verificada a ocorrência ou indício de ocorrência de qualquer das situações acima, deverá a ARC comunicar o fato ao Conselho de Administração com recomendação de notificação ao Ministério Público para a apuração devida.

Art. 23. A omissão ou decisão do Conselho de Administração em notificar o Ministério Público não exime a ARC de sua responsabilidade penal de notificar.

Art. 24. O não cumprimento da presente Resolução implicará em apuração de responsabilidade, por meio de Processo Administrativo Disciplinar, e a consequente aplicação de penalidades, se for o caso, por meio de decisão fundamentada, observados os princípios do contraditório e ampla defesa, de acordo com a legislação pertinente.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Hermano Machado Ferreira Lima
CONSELHEIRO PRESIDENTE INTERINO
(assinado eletronicamente)

Kézia Cristina da Silva Cirne
CONSELHEIRA MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Yuri Tasso Duarte Queiroz Pinto
CONSELHEIRO MEMBRO
(assinado eletronicamente)

José Gilson Matias Barros
CONSELHEIRO MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Roberto Sérgio Ribeiro Linhares
CONSELHEIRO MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Samara Cíntia Mendes do Nascimento
CONSELHEIRA MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Inácia Araújo da Silva
CONSELHEIRA MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Paloma de Saboya Coelho
CONSELHEIRA MEMBRO
(assinado eletronicamente)

Versão	Vigência	Resumo das mudanças
00	09/03/2021	Versão original - Aprovação da Implantação do Sistema de <i>Due Diligence</i>



Documento assinado eletronicamente por **Roberto Sergio Ribeiro Linhares, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 19:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KÉZIA CRISTINA DA SILVA CIRNE, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 19:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Inácia Araújo da Silva, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 19:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samara Cintia Mendes do Nascimento, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paloma de Saboya Coelho, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 19:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **YURI TASSO DUARTE QUEIROZ PINTO, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 20:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Gilson Matias Barros, Membro do Conselho de Administração**, em 12/03/2021, às 20:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Hermano Machado Ferreira Lima, Membro do Conselho de Administração**, em 16/03/2021, às 09:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **8769014** e o código CRC **13F9934E**.





COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO I

QUESTIONÁRIO DE *DUE DILIGENCE* DE INTEGRIDADE

1. PERFIL DA EMPRESA

1.1. Informações cadastrais:

1.1.1. CNPJ, razão social, nome fantasia e, se for o caso, nomes anteriores.

1.1.2. Endereço da sede, de suas filiais e escritórios de representação em território nacional e no exterior.

1.1.3. Ramo de atividade.

1.1.4. Porte da Empresa [\[i\]](#).

1.1.5. Número de empregados:

1.2. Informar o nome, cargo e o percentual de participação (quando aplicável) de seus proprietários, sócios controladores, conselheiros e diretores.

1.3. Informar o percentual de participação societária da sua empresa em outras pessoas jurídicas na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.

1.4. Informar o CNPJ, a razão social, o nome fantasia e o endereço das pessoas jurídicas com as quais a sua empresa esteja envolvida na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.

1.5. A sua empresa ou sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas estão localizadas ou realizam operações comerciais no exterior?

☐ Sim ☐ Não

1.6. A sua empresa é membro de alguma iniciativa nacional ou internacional de combate à corrupção? [\[ii\]](#)

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar a iniciativa.

2. RELACIONAMENTO COM AGENTES PÚBLICOS

2.1. Algum integrante da Alta Administração [\[iii\]](#) ou seus familiares [\[iv\]](#) ocupa ou é candidato a cargo eletivo ou Cargo de Confiança na administração pública?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome do indivíduo, grau de parentesco, nome do órgão/ entidade, cargo exercido, período em que ocupou o cargo).

2.2 Algum integrante da Alta Administração ou seus familiares mantém negócios pessoais ou relacionamento próximo com algum agente público? [\[v\]](#)

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome do indivíduo, nome do órgão/entidade do agente público, cargo exercido pelo agente público).

2.3 Algum integrante da Alta Administração é familiar de algum empregado da CAERN que ocupe função gerencial ou de algum membro da Diretoria Executiva ou Conselho de Administração da CAERN? [\[vi\]](#)

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes (nome e cargo do representante da sua empresa, grau de parentesco ou afinidade, nome e função do empregado da CAERN ou do membro dos órgãos da alta administração da CAERN).

3. HISTÓRICO

3.1. Algum integrante da Alta Administração da sua empresa já foi preso, acusado, investigado, processado ou condenado por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

3.2. A sua empresa, suas controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas já foram acusadas, investigadas, processadas ou condenadas por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

3.3. A sua empresa, alguma controladora, controlada, coligada ou consorciada, já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para angariar ou manter negócios, ou mesmo obter qualquer vantagem comercial, nos últimos 10 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

3.4. Algum integrante da Alta Administração, empregado, agente ou terceiro representando a sua empresa já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para angariar ou manter negócios, ou mesmo obter qualquer vantagem comercial, nos últimos 10 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente.

3.5. A sua empresa, alguma controladora, controlada, coligada ou consorciada, esteve submetida à investigação ou avaliação externa relacionada à fraude e/ou corrupção por algum órgão ou agência, nacional ou internacional (CGU, CVM, SEC, etc.), nos últimos 10 anos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, explique as circunstâncias do fato ocorrido e forneça documentação pertinente

4. PROGRAMA DE INTEGRIDADE

4.1. A sua empresa conhece a legislação anticorrupção a qual está sujeita?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar a quais leis anticorrupção a sua empresa está sujeita.

4.2. A sua empresa possui um Código de Ética, Guia de Conduta ou documentos correlatos que descrevam as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.3. A sua empresa possui um programa de integridade estruturado com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos que podem ser encontrados no seu website.

4.4. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição de qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para obter ou manter negócios ou qualquer vantagem comercial?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.5. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição ou restrição, quanto ao oferecimento de presentes, brindes e hospitalidade a agentes públicos, clientes e parceiros comerciais?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.6. A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre doação e/ou contribuição a instituições de caridade, programas sociais ou a partidos políticos?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.7. A sua empresa disponibiliza canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e mecanismos destinados à proteção de denunciantes?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.8. A sua empresa promove treinamentos periódicos sobre o seu programa de integridade, destinados a Alta Administração e todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e quando aplicável, a fornecedores?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça detalhes e evidências documentais que comprovem a realização e a audiência dos referidos treinamentos.

4.9. A sua empresa possui normativos internos de *Due Diligence* para a avaliação da reputação, idoneidade e das práticas de combate à corrupção de terceiros, tais como, fornecedores, distribuidores, agentes, consultores, representantes comerciais e/ou parceiros operacionais?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.10. A sua empresa possui mecanismos de investigação de indícios de fraude e/ou corrupção e de aplicação de sanções?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

4.11. A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre o monitoramento da efetividade e da eficiência do programa de integridade anticorrupção da sua empresa?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativa, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5. RELACIONAMENTO COM TERCEIROS

5.1. A sua empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de angariar novos negócios localmente ou em outros países?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

5.2. A sua empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de angariar novos negócios com a CAERN localmente ou em outros países?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, informar o nome e/ou razão social dos agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas.

5.3. A sua empresa divulga o seu programa de integridade aos seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios?

☐ Sim ☐ Não

5.4. A sua empresa solicita que seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios declarem pleno conhecimento sobre os principais aspectos do seu programa de integridade?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.5. Nos contratos firmados com fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios, há previsão de cláusulas que os obrigue a respeitar o seu programa de integridade, e os códigos de conduta da sua empresa?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

5.6. Os contratos firmados entre a sua empresa e fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios possuem cláusulas que os obriguem a manter conformidade com as leis anticorrupção aplicáveis e vigentes?

☐ Sim ☐ Não

Se afirmativo, forneça uma cópia da documentação que suporte a afirmação, ou, alternativamente, indique onde os referidos documentos podem ser encontrados no seu website.

[i] Microempresa; Pequena Empresa; Empresa de Médio Porte ou Empresa de Grande Porte.

[ii] Exemplos: Pacto Global da Organização das Nações Unidas, a Iniciativa de Parceria Contra a Corrupção (PACI) do Fórum Econômico Mundial ou o EITI – *Extractive Industries Transparency Initiative*.

[iii] Ocupantes de cargos ou membros de colegiados posicionados hierarquicamente acima da linha gerencial média. Exemplos: membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, Sócios, Presidente, Vice-presidente, Diretor e/ou Gerente Executivo.

[iv] Parentes por consanguinidade até o primeiro grau (pai, mãe e filhos), o cônjuge, o companheiro, a companheira, o enteado e a enteada.

[v] Aquele que mesmo transitório, ocasionalmente ou sem remuneração, exerça cargo, emprego ou função pública em órgãos, entidades estatais ou em representações diplomáticas, assim como em pessoas jurídicas controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público ou em organizações públicas internacionais.

[vi] Aquele que exerça funções de Assessor, Superintendente, Gerente, Coordenador de Unidade, Chefe de Gabinete, Membro de Comissão Permanente, Chefe de Núcleo, Chefe de Escritório.



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO II

PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE INTEGRIDADE

O procedimento de DDI é fundamentado em riscos e consiste nas seguintes etapas:

Etapa 1 - Aplicação do Questionário de *Due Diligence* de Integridade (DDI)

O Questionário de DDI é aplicado com o objetivo de coletar informações relacionadas ao perfil da empresa, tais como o porte e especificidades da pessoa jurídica, relacionamento com agentes públicos, histórico, relacionamento com terceiros e programa de integridade.

As informações recebidas são inseridas no Formulário de Avaliação de Due Diligence de Integridade para obtenção do GRI Inicial.

Etapa 2 - Realização de pesquisas a fontes abertas e plataformas especializadas.

A pesquisa nessas fontes visa identificar informações relevantes não coletadas, inicialmente, por meio da aplicação do Questionário de DDI, ou corroborar informações prestadas pela empresa. As fontes consultadas nessa fase do procedimento incluem, entre outras possíveis: banco de dados especializado, *website* da empresa, Portal da Transparência, Listas de Sanções e Impedimentos.

Etapa 3 - Avaliação do Grau de Risco de Integridade (GRI)

Os fatores de riscos eventualmente identificados com base na análise das informações coletadas nas etapas 1 e 2 são confrontados com as evidências documentais de existência e aplicação de mecanismos e procedimentos de integridade, a fim de avaliar a efetividade das medidas de prevenção e remediação mantidas pela empresa.

A extensão da aplicação do procedimento de DDI é proporcional aos fatores de riscos de integridade identificados pela CAERN em cada uma de suas etapas.

Os fatores de riscos de integridade avaliados durante o procedimento de DDI estão relacionados aos critérios a seguir, todos em consonância com o Questionário de DDI e com o Decreto 8.420/2015, que regulamenta a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção), e ainda tem como referência a Portaria CGU 909/2015, que dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de pessoas jurídicas:

a) Perfil da empresa: quantidade de funcionários; empregados e colaboradores; a complexidade da hierarquia interna e a quantidade de departamentos, diretorias ou setores; a utilização de agentes intermediários como consultores ou representantes comerciais; o setor do mercado em que atua; os países em que atua, direta ou indiretamente; a quantidade e a localização das pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico; o fato de ser qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

b) Relacionamento com o Poder Público: o grau de interação da empresa, de membros da sua alta administração, de seus sócios e das demais pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico com o setor público e a importância de autorizações, licenças e permissões governamentais para as operações da empresa.

c) Histórico e reputação: envolvimento da empresa, de membros da sua alta administração, de seus sócios e das demais pessoas jurídicas que integram o mesmo grupo econômico em casos de desvios éticos, fraude e corrupção.

d) Mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção: existência e aplicação destes mecanismos, compatíveis ao porte da empresa, cuja avaliação considera os parâmetros previstos no Art. 42 do Decreto 8.420/15, que regulamentou a Lei 12.846/13, a Portaria CGU 909/15 e a Portaria Interministerial 2.279/15, assim como o Guia “Programa de Integridade: Diretrizes para Empresas Privadas” ou, quando aplicável, a Cartilha “Integridade para Pequenos Negócios”, ambos publicados pela CGU - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, e as demais orientações e práticas nacionais e internacionais.

Serão apresentados a seguir, esclarecimentos e exemplos de parâmetros de evidenciação documental previstos no Art. 42 do Decreto 8.420/15:

Parâmetro	Esclarecimentos
Padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos os empregados e administradores, quando necessário, estendidos a terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviços, agentes intermediários e associados (art. 42, II e III).	Espera-se que o Código de Ética e/ou Conduta declare os valores da Companhia e princípios relacionados com a ética e a integridade, defina as condutas permitidas e proibidas, proíba a prática de fraude e corrupção, preveja medidas disciplinares para o descumprimento de normas éticas, inclusive do Código de Ética/Conduta. Consideram-se boas práticas os funcionários atestarem periodicamente que possuem ciência e concordam com a Política de Integridade, com Código de Conduta, assumindo o compromisso de agir de acordo com seus preceitos, bem como o Código de Conduta e a Política de Integridade (quando aplicável) serem revisados e atualizados periodicamente para refletir as mudanças em leis e regulamentos.

Exemplos:

Código de Conduta que cite explicitamente o compromisso da organização em:

- a) atender integralmente às legislações e/ou regulamentos aplicáveis;
- b) combater a corrupção, cartel, fraudes, lavagem de dinheiro, ilicitudes em licitações e processos concorrenciais e qualquer outro ato contra a Administração Pública, seja por parte de seus empregados, seja por terceiros agindo em seu nome;
- c) proibir a retaliação de qualquer natureza;
- d) evitar conflitos de interesse;
- e) evitar pagamentos de facilitação;
- f) assegurar confidencialidade no tratamento de informações privilegiadas e informações estratégicas, bem como de cumprir as normas de segurança da informação;
- g) incentivar as pessoas a denunciarem atos ou atitudes contrárias ao código de conduta da organização.

Parâmetro	Esclarecimentos
Programa de treinamentos ou plano de comunicação destinados à sua força de trabalho, incluindo a Alta Administração (art. 42, IV).	O Programa de Treinamentos tem o objetivo de disseminar a conduta ética e os procedimentos internos de combate à fraude e à corrupção mantidos pela empresa. Os treinamentos periódicos podem ser evidenciados por meio de documento que declare o plano de disseminação do programa de integridade e por evidências da audiência e assimilação do conteúdo apresentado.

Exemplos:

Programa anual de treinamentos contendo objetivos, público-alvo, cronogramas, material didático aplicado, testes de verificação de aprendizagem, declarações formais de concordância e conhecimento do conteúdo transmitido, campanhas de divulgação do programa de integridade, listas de presença e apresentações realizadas, comunicação da alta administração da empresa com a força de trabalho, imagens capturadas de tela do computador etc.

Parâmetro	Esclarecimentos
Canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a funcionários e terceiros, e de mecanismos destinados à proteção de denunciantes de boa-fé (art. 42, X).	Canais de denúncia preferencialmente abertos (empregados e terceiros), disponíveis no website da empresa, amplamente divulgados e com garantia da confidencialidade e anonimato do denunciante. Compromisso e proibição de não retaliação amplamente declarados pela Alta Administração.

Exemplos:

A existência de estatísticas de recebimento de alegações, políticas, normativos internos, atas de reunião, reportes à alta administração e evidências da existência de canais de comunicação para recebimento de alegações de desvios éticos.

Parâmetro	Esclarecimentos
Procedimentos internos de investigação destinados a apurar casos de fraude e corrupção e de aplicação de sanções (art. 42, XII).	Procedimentos de investigação claros e previstos no programa de integridade, assim como o regime disciplinar da empresa. Realização desses procedimentos com independência e apresentação de resultados quantificáveis. Resultados do processo de investigação levados em consideração para a melhoria dos controles internos e para a aplicação de sanções de forma proporcional ao desvio ético evidenciado.

Exemplos:

A existência de políticas, normativos internos, atas de reunião, reportes à alta administração, relatórios e estatísticas de investigação de suspeitas de fraude e/ou corrupção etc.

Parâmetro	Esclarecimentos
Procedimentos de <i>Due Diligence</i> de Integridade no relacionamento com seus fornecedores, agentes, intermediários, parceiros de negócios ou outras contrapartes (art. 42, XIII).	Procedimento de <i>Due Diligence</i> amparado por uma política ou normativo interno e capaz de produzir resultados quantificáveis. A política/norma do procedimento e a citação de negócios não firmados em razão da <i>Due Diligence</i> são possíveis evidências de efetividade.

Exemplos:

Estatísticas de aplicação do procedimento, políticas, normativos internos, atas de reunião, reportes à alta administração e/ou relatórios de diligência de terceiros etc.

Da forma de atribuição do GRI

O resultado da avaliação prevista na etapa 3 do procedimento de DDI será expresso pela atribuição à empresa do Grau de Risco de Integridade (GRI) Alto, Médio ou Baixo, conforme pontuação encontrada com a aplicação do Formulário de Avaliação de Due Diligence (FADD), com as informações fornecidas pela empresa, será obtido o GRI inicial, e após a realização de pesquisas a fontes abertas e plataformas especializadas, feitas as devidas Análises de Relevância de Informação (ARI), obtém-se o GRI final.

A análise das informações, fornecidas pela empresa ou obtidas por pesquisa, somente indicará o GRI se houver possibilidade legal de contratação. Do contrário, o resultado da Avaliação de *Due Diligence* será a constatação de situação de impedimento.

A avaliação do GRI é feita com sistema de pontuação, equivalente à aplicação do FADD, que inclui a Análise de Relevância de Informação (ARI), feita para cada informação fornecida ou obtida. Essa avaliação considera como referência, sem prejuízo de necessários ajustes, as situações seguintes em que:

a) a empresa apresente evidências documentais suficientes que comprovem a existência e aplicação de mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção. Indicação possível de classificação de GRI como Baixo.

b) a empresa apresente evidências documentais suficientes que comprovem a existência, **porém não a aplicação**, de mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção. Indicação possível de classificação de GRI como Baixo ou Médio, a depender do seu perfil.

c) a empresa **não** apresente evidências documentais suficientes que comprovem a existência de mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção. Indicação possível de classificação de GRI como Médio.

d) a empresa apresente evidências documentais suficientes que comprovem a existência, **porém não a aplicação**, de mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção, terá Indicação possível de classificação de GRI como Médio ou Alto, a depender da quantidade e natureza dos fatores de riscos identificados e perfil da empresa.

e) a empresa **não** apresente evidências documentais suficientes que comprovem a existência de mecanismos de prevenção, detecção e correção de irregularidades e atos de corrupção, a empresa terá o GRI classificado como Alto.

Quando necessário o esclarecimento ou complementação de alguma informação obtida em alguma etapa do procedimento, outros documentos e informações poderão ser requeridos à empresa, a fim de evidenciar a existência e aplicação do programa de integridade, nos termos do art. 42 do Decreto 8.420/15.

Toda e qualquer alteração de relevância de informação deverá ser fundamenta, através de despacho de relevância, no campo apropriado do Formulário de Avaliação de *Due Diligence* (FADD).



COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DO RIO GRANDE DO NORTE

ANEXO III

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DUE DILIGENCE

TABELA DE FATORES E PONTUAÇÃO

1. PERFIL DA EMPRESA

1.1. Informações cadastrais:

1.1.1. CNPJ, razão social, nome fantasia e, se for o caso, nomes anteriores.

1.1.2. Endereço da sede, de suas filiais e escritórios de representação em território nacional e no exterior.

1.1.3. Ramo de atividade.

1.1.4. Porte da Empresa[i].

1.1.5. Número de empregados:

1.2. Informar o nome, cargo e o percentual de participação (quando aplicável) de seus proprietários, sócios controladores, conselheiros e diretores.

1.3. Informar o percentual de participação societária da sua empresa em outras pessoas jurídicas na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.

1.4. Informar o CNPJ, a razão social, o nome fantasia e o endereço das pessoas jurídicas com as quais a sua empresa esteja envolvida na condição de controladora, controlada, coligada ou consorciada.

1.5. A sua empresa ou sociedades controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas estão localizadas ou realizam operações comerciais no exterior? Sim/Não.

1.6. A sua empresa é membro de alguma iniciativa nacional ou internacional de combate à corrupção?^[iii] Sim/Não

Se afirmativo, informar a iniciativa.

2. RELACIONAMENTO COM AGENTES PÚBLICOS

Subfatores	Graduação						
	0	1	2	3	4	5	6
2.1. Algum integrante da Alta Administração ^[i] ou seus familiares ^[ii] ocupa ou é candidato a cargo eletivo ou Cargo de	Nenhuma ocorrência			Ocorrência de candidatura com candidato sem mandato	Ocorrência de ocupação de cargo de confiança na administração pública	Ocorrência de ocupação de cargo eletivo na administração pública	Ocorrência de mandato eletivo com candidato à reeleição

Confiança na administração pública?							
2.2 Algum integrante da Alta Administração ou seus familiares mantém negócios pessoais ou relacionamento próximo com algum agente público ou empregado da CAERN?[iii]	Nenhuma ocorrência	Ocorrência de relacionamento próximo com agentes públicos	Ocorrência de relacionamento próximo com empregado da CAERN	Ocorrência de negócios pessoais com agentes públicos	Ocorrência de negócios pessoais com empregado da CAERN		
2.3 Algum integrante da Alta Administração é familiar de algum empregado da CAERN que ocupe função gerencial ou de algum membro da Diretoria Executiva ou Conselho de Administração da CAERN?[iv]	Nenhuma ocorrência	Ocorrência com chefia de escritório ou de núcleo	Ocorrência com chefias de Unidades	Ocorrência com Gerências ou Assessorias	Ocorrência com chefia de Gabinete	Ocorrência com unidades de governança, licitação e contratação	Ocorrência na Diretoria Executiva ou Conselho de Administração
3. HISTÓRICO							
Subfatores	Graduação						
	0	1	2	3	4	5	6
3.1. Algum integrante da Alta Administração ou ocupante de funções gerenciais da sua empresa já foi preso, acusado, investigado, processado ou condenado por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?	Nenhuma ocorrência	Acusação pública ou noticiada na mídia	Investigação de qualquer natureza	Prisão de qualquer natureza	Processo administrativo ou judicial	Condenação judicial	Condenação transitada em julgado
3.2. A sua empresa, suas controladoras, controladas, coligadas ou consorciadas já foram acusadas, investigadas, processadas ou condenadas por fraude ou corrupção nos últimos 10 anos?	Nenhuma ocorrência	Acusação pública ou noticiada na mídia	Investigação de qualquer natureza	Prisão de qualquer natureza	Processo administrativo ou judicial	Condenação judicial	Condenação transitada em julgado
3.3. A sua empresa, alguma controladora,	Nenhuma ocorrência	Autorizou, mas não conseguiu executar		Executou, mas não obteve êxito		Executou e obteve êxito	

controlada, coligada ou consorciada, já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para angariar ou manter negócios, ou mesmo obter qualquer vantagem comercial, nos últimos 10 anos?							
3.4. Algum integrante da Alta Administração, empregado, agente ou terceiro representando a sua empresa já entregou, ofertou, autorizou, acordou ou prometeu qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para angariar ou manter negócios, ou mesmo obter qualquer vantagem comercial, nos últimos 10 anos?	Nenhuma ocorrência	Autorizou, mas não conseguiu executar	0	Executou, mas não obteve êxito	0	Executou e obteve êxito	0
3.5. A sua empresa, alguma controladora, controlada, coligada ou consorciada, esteve submetida à investigação, inspeção, auditoria ou avaliação externa relacionada à fraude e/ou corrupção por algum órgão ou agência, nacional ou internacional (CGU, CVM, TCU e TCE, além de	Nenhuma ocorrência	Houve ocorrência com empresa controladora, controlada, coligada ou consorciada. Resolvida	Houve ocorrência com a empresa, já resolvida com os esclarecimentos prestados	Houve ocorrência com a empresa e ainda está em andamento	Existe mais de uma ocorrência ainda em andamento	Existe ocorrência com condenação em controladora, controlada, coligada ou consorciada	Existe ocorrência com condenação da empresa

outros) nos últimos 10 anos?							
4. PROGRANA DE INTEGRIDADE							
Subfatores	Graduação						
	0	1	2	3	4	5	6
4.1. A sua empresa conhece a legislação anticorrupção a qual está sujeita?	Conhece e indicou corretamente a legislação que utiliza.	0	Conhece, mas não indicou corretamente a legislação.	0	Não informou que conhece e nem indicou a legislação.	0	Não conhece ou não demonstrou que utiliza.
4.2. A sua empresa possui um Código de Ética, Guia de Conduta ou documentos correlatos que descrevam as condutas éticas que devem ser observadas pelos integrantes da Alta Administração, empregados próprios e/ou terceirizados?	Possui código de ética conhecido pela alta administração e empregados.	Possui código de ética conhecido pela alta administração, mas não treina os empregados.	Possui código de ética, mas não é conhecido pela alta administração e empregados.	Possui código de ética, mas não é conhecido pela alta administração e empregados e não é utilizado.	Não possui código de ética, mas está em fase elaboração e/ou implantação.	Não possui código de ética.	Não possui código de ética e nem pretende implantar.
4.3. A sua empresa possui um programa de integridade (Art. 41, Decreto Federal 8.420/2015), estruturado com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira?	Possui programa de integridade conhecido pela alta administração e empregados.	Possui programa de integridade conhecido pela alta administração, mas não treina os empregados.	Possui programa de integridade, mas não é conhecido pela alta administração e empregados.	Possui programa de integridade, mas não é conhecido pela alta administração e empregados e não é utilizado.	Não possui programa de integridade, mas está em fase elaboração e/ou implantação.	Não possui programa de integridade.	Não possui programa de integridade e nem pretende implantar.
4.4. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição de qualquer tipo de pagamento ou benefício a qualquer autoridade governamental nacional ou estrangeira, para obter ou manter negócios ou qualquer vantagem comercial?	Possui normativos e consegue dá a eles eficácia.	Possui normativos, mas não comprova que consegue dá a eles eficácia.	Não possui normativos nesse sentido.		Não possui normativos nesse sentido e demonstra que não tem interesse em ter.		

4.5. A sua empresa possui normativos internos que determinem a proibição ou restrição, quanto ao oferecimento de presentes, brindes e hospitalidade a agentes públicos, clientes e parceiros comerciais?	Possui normativos e consegue dá a eles eficácia.	Possui normativos, mas não comprova que consegue dá a eles eficácia.	Não possui normativos nesse sentido.		Não possui normativos nesse sentido e demonstra que não tem interesse em ter.		
4.6. A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre doação e/ou contribuição a instituições de caridade, programas sociais ou a partidos políticos?	Possui normativos e consegue dá a eles eficácia.	Possui normativos, mas não comprova que consegue dá a eles eficácia.	Não possui normativos nesse sentido.		Não possui normativos nesse sentido e demonstra que não tem interesse em ter.		
4.7. A sua empresa disponibiliza canais de denúncia de irregularidades, abertos e amplamente divulgados a todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e mecanismos destinados à proteção de denunciante?	Disponibiliza canal de denúncia, divulgado e com proteção ao denunciante.	Disponibiliza canal de denúncia, divulgado, mas sem garantias ao denunciante.	Disponibiliza canal de denúncia, mas não divulgado e sem garantias ao denunciante.	Não disponibiliza canal de denúncia, mas está em fase de elaboração e/ou implantação.	Não disponibiliza canal de denúncia e não demonstra interesse em ter.		
4.8. A sua empresa promove treinamentos periódicos sobre o seu programa de integridade, destinados a Alta Administração e todos os empregados próprios e/ou terceirizados, e quando aplicável, a fornecedores?	Promove treinamento para todos.	Promove treinamento apenas para empregados.	Promove treinamento apenas para a alta administração.		Não promove treinamentos nesse sentido.		
4.9. A sua empresa possui normativos internos de <i>Due Diligence</i> para a avaliação da reputação, idoneidade e das práticas de combate à corrupção de terceiros, tais como:	Possui normativos internos de <i>Due Diligence</i> .		Possui normativos internos de <i>Due Diligence</i> , mas não utiliza.	Não possui normativos internos de <i>Due Diligence</i> .			

<p>fornecedores, distribuidores, agentes, consultores, representantes comerciais e/ou parceiros operacionais?</p>							
<p>4.10. A sua empresa possui mecanismos de investigação de indícios de fraude e/ou corrupção e de aplicação de sanções?</p>	<p>Possui mecanismos internos de investigação de fraude e corrupção.</p>		<p>Possui mecanismos internos de investigação de fraude e corrupção, mas não utiliza.</p>	<p>Não possui mecanismos internos de investigação de fraude e corrupção.</p>			
<p>4.11. A sua empresa possui normativos internos que disponham sobre o monitoramento da efetividade e da eficiência do programa de integridade anticorrupção da sua empresa?</p>	<p>Possui normativos internos de monitoramento e aferição do programa de integridade.</p>		<p>Não possui normativos internos de monitoramento e aferição do programa de integridade.</p>	<p>Não possui normativos internos de monitoramento e aferição do programa de integridade.</p>			
5. RELACIONAMENTO COM TERCEIROS							
Subfatores	Graduação						
	0	1	2	3	4	5	6
<p>5.1. A sua empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de angariar novos negócios com a Administração pública, localmente ou em outros países?</p>	<p>Não utiliza.</p>	<p>Já utilizou, mas abandonou essa prática.</p>	<p>Utiliza algumas vezes</p>	<p>Utiliza muitas vezes</p>	<p>Sempre utiliza ou quase sempre utiliza.</p>		
<p>5.2. A sua empresa utiliza os serviços de terceiros, tais como: agentes, consultores, representantes comerciais e/ou outros tipos de intermediários, sejam pessoas físicas ou jurídicas, com o objetivo de</p>	<p>Não utiliza.</p>	<p>Já utilizou, mas abandonou essa prática.</p>	<p>Utiliza algumas vezes</p>	<p>Utiliza muitas vezes</p>	<p>Sempre utiliza ou quase sempre utiliza.</p>		

angariar novos negócios com a CAERN localmente ou em outros países?							
5.3. A sua empresa divulga o seu programa de integridade aos seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios?	Sempre divulga ou não se aplica.	Divulga para a maioria, mas nem sempre faz isso com todos	Divulga para alguns, mas não consegue fazer mais que isso.	Não divulga, mas está elaborando e/ou implantando formas de divulgar.	Não divulga.	Não possui programa de integridade.	Não possui programa de integridade e nem pretende implantar.
5.4. A sua empresa solicita que seus fornecedores, distribuidores, representantes comerciais, intermediários e/ou outros tipos de parceiros de negócios declarem pleno conhecimento sobre os principais aspectos do seu programa de integridade?	Solicita e pede comprovação ou não se aplica.	Solicita, mas não exige comprovação	Não solicita, mas está elaborando e/ou implantando formas de solicitar.	Não solicita		Não possui programa de integridade.	Não possui programa de integridade e nem pretende implantar.
5.5. Nos contratos firmados com fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios, há previsão de cláusulas que os obrigue a respeitar o seu programa de integridade, e os códigos de conduta da sua empresa?	Existe a previsão ou não se aplica.		Não existe a previsão, mas está em fase de elaboração e/ou implantação.	Não existe a previsão.		Não possui programa de integridade.	Não possui programa de integridade e nem pretende implantar.
5.6. Os contratos firmados entre a sua empresa e fornecedores, distribuidores, representantes comerciais intermediários e outros parceiros de negócios possuem cláusulas que os obriguem a manter conformidade com	Existe a previsão ou não se aplica.		Não existe a previsão, mas está em fase de elaboração e/ou implantação.	Não existe a previsão.			Não tem interesse que exista a previsão.

as leis anticorrupção aplicáveis e vigentes?							
--	--	--	--	--	--	--	--